

Rodrigo Lima

‘A agropecuária pode fazer o País reduzir emissões’

— Para consultor, o ABC+ e o Renovabio foram as principais iniciativas levadas à COP-26

ENTREVISTA

Advogado especialista em comércio internacional e sócio-diretor da consultoria Agroicone

O Brasil assumiu metas ousadas durante a 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP-26, em Glasgow, Escócia. Confirmou neutralidade de emissões até 2050, antecipou sua meta de zerar o desmatamento ilegal de 2030 para 2028, entrou na Declaração de Florestas, de combate ao desmatamento, e ainda aderiu à Declaração de Metano, para que as emissões globais deste gás do efeito estufa sejam reduzidas em 30% até 2030. “Isso foi uma novidade para nós, do setor privado, que estávamos na conferência”, destaca, nesta entrevista exclusiva, o sócio-diretor da consultoria Agroicone, Rodrigo Lima. Ele participa das conferências sobre o clima desde 2008 e admite que não há como agradar a todos os interesses, já que foram quase 200 países participantes da COP-26. E acredita que a agropecuária tem papel importante para ajudar o Brasil a atingir suas metas.

Como foi a participação do Brasil na COP-26?

O Brasil apresentou formalmente uma carta que confirma a meta de neutralidade de emissões até 2050. Em paralelo, anunciou que a meta de redução de emissões até 2030, que era de 43% com base nas emissões de 2005, foi aumentada para 50%. E que, para tanto, anteciparia sua meta de zerar o desmatamento ilegal de 2030 para 2028. Dentro do documento de diretrizes apresentadas, na agropecuária as principais es-

tratégias são o Plano ABC+, que envolve agricultura de baixo carbono, e a implementação do Código Florestal, que inclui a recomposição de 18 milhões de hectares de vegetação nativa. O Brasil mostrou um conjunto de ações que vai adotar para começar a transição e chegar a sua meta de neutralidade até 2050. Mas tudo isso tem de ser traduzido na revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e deverá ser apresentado, esperamos, em algum momento de 2022 até a COP-27, no Egito.

Mais alguma adesão importante do Brasil para o agro-negócio?

O País também entrou na Declaração de Florestas, de combate ao desmatamento, com mais de cem países. E, um dia depois, aderiu à Declaração de Metano. Isso foi uma novidade para o setor privado que estava na conferência. Estados Unidos e Brasil estavam conversando muito sobre a agenda climática e os americanos devem ter feito uma pressão para o Brasil aderir.

A pecuária é uma das responsáveis pela emissão de metano. Qual a estratégia para redução desse e de outros gases do efeito estufa?

A emissão de metano não é só pela pecuária. Mas, sim, na agropecuária há o grande desafio do metano. Aí entra o Plano ABC+ como grande estratégia para reduzir emissões. O Ministério da Agricultura estima que é possível reduzir até 1,1 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente até 2030, um volume significativo. E também fomentando a adaptação da agropecuária, por meio da adoção de tecnologias e práticas envolvendo adequação ao Código Florestal. O ABC+ compõe as estratégias do Brasil dentro do Acordo de Paris e já foi levado pronto para a COP-26. De tudo o que o Brasil levou para lá, como parte das ações para alcançar as metas, o



AGROICONE

Produtor sustentável tem maior rentabilidade, afirma Lima

“O produtor tem de ter em mente que seu negócio não é vender crédito de carbono, e sim produzir, plantar, criar gado, o que for”

“EUA e Brasil estavam discutindo sobre agenda climática e os EUA devem ter pressionado o Brasil sobre o acordo de metano”

“De tudo o que o Brasil levou para a COP-26, o ABC+, juntamente com o RenovaBio, é a política que tem mais substância”

ABC+ e o Renova Bio são as políticas que mais têm substância.

As ações que o Brasil já adota, como plantio direto, integração lavoura-pecuária, entre outras, já são suficientes para o País alcançar suas metas?

Tudo o que está no plano ABC primeira fase e agora no ABC+ é necessário para o desenvolvimento da agropecuária brasileira. Sem fazer isso, a agropecuá-

ria fica para trás, o produtor perde dinheiro, produz menos, fica menos preparado para enfrentar intempéries. Se ele adotar as tecnologias, ele, de quebra, reduz emissões. A agropecuária pode ajudar o País a cumprir a meta do Acordo de Paris. Se o plano conseguir entregar o 1,1 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente de redução de emissões até 2030, será uma contribuição significativa para a meta brasileira. Isso é indiscutível.

Qual o desafio para ampliar o ABC+?

Um dos desafios é dinheiro. Precisa de investimento em sistema produtivo. Investir em tecnologias e práticas que ao longo dos anos vão permitir ao agricultor produzir mais, estar mais preparado para enfrentar uma seca, recuperar pastagem, reduzir o tempo de abate dos animais, reduzir emissão de metano. Em paralelo, ter assistência técnica, especialmente para o pequeno e o médio produtor.

Qual o incentivo para o produtor investir nas tecnologias? Existe gente acreditando que já vai começar a receber pelos serviços ambientais.

Tem produtor que fala: “Esse negócio de carbono ninguém vai pagar pra eu fazer”. Mas o agricultor tem de fazer porque senão vai ficar para trás. Se meu vizinho adotar recuperação de pastagem, e minha pastagem estiver degradada, em dois, três anos, ele estará ganhando muito mais dinheiro

que eu. Isso é uma coisa que tenho falado para os produtores. Com a COP, tem gente achando que vai dar para ganhar dinheiro de crédito de carbono com APP, reserva legal ou plantio direto. Mas o produtor precisa ter em mente que seu negócio não é vender crédito de carbono. Seu negócio é plantar, criar gado, o que for. Mesmo porque, para o mercado de carbono, será preciso ter projeto, e isso custa dinheiro.

Mesmo sem um mercado funcionando, já há empresa no Brasil negociando crédito de carbono com produtor rural?

Tem empresa grande que vende pacote tecnológico, para estimular que o agricultor adote suas tecnologias e práticas. Algumas dessas empresas estão trabalhando com mensuração de carbono. Mas a contrapartida ainda não é dinheiro. O carbono é um ativo e as empresas estão começando a olhar para isso. Está na hora de o setor agrícola começar a abrir a cabeça para essa discussão, não sob a ótica de “onde está o dinheiro que a gente vai ganhar porque tenho floresta e faço plantio direto”, mas pensar de forma estratégica, entender o que significa isso e de que forma pode usufruir desse ativo sem depender do mercado.

Empresas privadas também se comprometeram com o desmatamento zero?

Várias empresas, tradings de grãos e os três grandes frigoríficos do Brasil firmaram um compromisso na COP-26, de apresentar na conferência do ano que vem um “roadmap” de como alcançar cadeias livres de desmatamento. Porque eles estão expostos ao desmatamento e, naturalmente, não querem ter esse ônus.

Isso pode afetar as exportações brasileiras?

Sim. Já tem empresas nacionais sendo obrigadas a adotar compromissos. Quando a gente vê a China entrando nessa discussão, fazendo anúncio formal, é um sinal que exige atenção.

Qual sua análise sobre o resultado da conferência deste ano?

Todo fim de COP é um sentimento de fracasso, porque nunca se atinge o que se esperava. Mas, se formos partir dessa premissa, não trabalhamos mais com isso. Eu acredito que a gente agora tem o copo mais cheio do que tinha antes dessa conferência. Foram adotadas decisões importantes, definições do mercado de carbono, inclusive com detalhes resolvidos lá. Claro que não temos o mercado já funcionando imediatamente. Não é trivial assim. Eu penso que, se a gente pensar em mercado de carbono, adaptação e financiamento, a gente tem uma base importante a partir dessa conferência em Glasgow. ●